



**DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ**

**PORTARIA Nº 124, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria DG nº 931, de 30 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 01 de junho de 2016, e tendo em vista o constante do processo nº 50603.SEI/001219/2017-61, resolve:

CONCEDER, Aposentadoria voluntária à servidora RODNEY REGIS DE ALBUQUERQUE ISACKSSON, matrículas DNIT nº 1161 e SIAPE nº 0220336, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Classe "Especial", Padrão III, Nível Intermediário, pertencente ao Quadro de Pessoal Específico desta Autarquia, lotada na Superintendência Regional no Estado do Ceará, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47 de 2005, sem a opção da gratificação de desempenho aos proventos de aposentadoria nos termos dos artigos 6º e 7º da Lei nº 13.371, de 14 de dezembro de 2016.

DÍOGENES JOSÉ TAVARES LINHARES

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
NO RIO DE JANEIRO**

**PORTARIA Nº 79, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES- DNIT, no uso das suas atribuições regimentais e da competência delegada pela Portaria nº 931 de 30 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 01 de junho de 2016, e tendo em vista o que consta do processo nº 50607.003582/2017-81, resolve:

Conceder pensão, à JONAS SILVEIRA BUENO, viúvo da ex-servidora, MARGARIDA GRANJEIRO BUENO, matrícula SIAPE nº 844093, ocupante do cargo de Agente Administrativo, código SA-801, Classe "Especial", Padrão III, Nível Intermediário, pertencente ao Quadro de Pessoal Específico desta Autarquia, com fundamento no artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 215,217 inciso I, e o artigo 222, inciso VII, alínea "b", item 6, da Lei 8.112/90, com redação dada pela Lei 13.135/2015 no equivalente a 100% (cem por cento) dos proventos calculados na forma do art.2º, inciso I, da Lei nº 10.887/2004, com efeito a partir do óbito.

FERNANDO LUIZ CORREIA  
Substituto

**EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA  
AEROPORTUÁRIA  
DIRETORIA EXECUTIVA**

**DESPACHOS DO PRESIDENTE**  
Em 30 de outubro de 2017

O Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 913, de 21 de setembro de 2004, e nos termos do Decreto nº 1387, de 7 de fevereiro de 1995, modificados pelos Decretos n. 2349, de 15 de outubro de 1997, e 3025, de 12 de abril de 1999, o afastamento do país de Renato Pires de Lacerda Abreu, para participar da 2017 ACI-LAC ASSEMBLY, CONFERENCE AND COMMERCIAL EXHIBITION (2017 Assembleia Geral da ACI-LAC - Airport Council Internacional Latin American and Caribbean - Conferência e Exposição), em San Jose, Costa Rica, de 6 a 11 de novembro de 2017.

O Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 913, de 21 de setembro de 2004, e nos termos do Decreto nº 1387, de 7 de fevereiro de 1995, modificados pelos Decretos n. 2349, de 15 de outubro de 1997, e 3025, de 12 de abril de 1999, resolve tornar sem efeito a autorização de afastamento do país do empregado Kleyton Peixoto Mendes publicada no DOU de 27/10/2017.

ANTÔNIO CLARET DE OLIVEIRA

**Conselho Nacional do Ministério Público**

**SECRETARIA-GERAL**

**PORTARIA Nº 236, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 1º, inciso XII, da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar, no período de 6 a 13 de novembro de 2017, a servidora ALICE RIBEIRO BRAATZ, ocupante do cargo de Analista Jurídico, matrícula nº 82.362, para o encargo de substituta eventual de Assessor - Nível IV do Gabinete do Conselheiro Lauro Machado Nogueira, código CC-4, do Conselho Nacional do Ministério Público, previsto na Lei 12.412/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO FUINA VERSIANI

**CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO**

**PORTARIA Nº 243, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar o servidor do Ministério Público Militar CARLOS FERNANDO LAGO DA COSTA, Técnico Administrativo, a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 244, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e nos arts. 18, I, II, VII e XIV, 67 e 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público,

CONSIDERANDO que o Corregedor Nacional comunicou ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, na 19ª Sessão Ordinária do ano de 2017, a indicação do Ministério Público do Estado do Amazonas como Unidade a ser correccionada;

CONSIDERANDO que são objetivos da Corregedoria Nacional detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomar as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, orientar e buscar o aprimoramento nas atividades Ministeriais, conhecer projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público;

CONSIDERANDO que é imprescindível verificar in loco o funcionamento dos serviços que estão sendo prestados no Estado, resolve:

1. Comunicar a instauração de Correição no Ministério Público do Estado do Amazonas, no período de 4 a 7 de dezembro de 2017, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais;

2. Designar Rinaldo Reis Lima, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, para exercer suas funções de assessor direto do Corregedor Nacional do Ministério Público durante os trabalhos correccionais, sem prejuízo da designação de outros servidores que eventualmente sejam necessários para os trabalhos;

3. Designar os membros auxiliares da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Cesar Henrique Kluge - Procurador do Trabalho, Fabiano Mendes Rocha - Promotor de Justiça, Carlos Leonardo Holanda Silva - Procurador do Trabalho, Carmelina Maria Mendes de Moura - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, Lucas Danilo Vaz Costa Júnior - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Marcelo José de Guimarães e Moraes - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá, Laura Cristina de Almeida Miranda - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre e Rafael Schweg Kurowski - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

4. Requisitar, no período de 03 a 08 de dezembro de 2017, com dedicação exclusiva: Ana Maria Villa Real F. Ramos - Procuradora do Trabalho, Alvaro Luiz de Mattos Stipp - Procurador da República, Armando Antonio Lotti - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado Rio Grande do Sul, Adriano Teixeira Kneipp - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Bernardo Maciel Vieira - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Henrique Siqueira Ribeiro - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Edyleno Ítalo Santos Sodré - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Marco Aurélio Romagnoli Tavares - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Marcelo Leite Borges - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Maurício Andreiulo Rodrigues - Procurador da República, Francimauro Gomes Ribeiro - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, Francisco de Assis Machado Cardoso - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, José Carlos Oliveira Filho - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Januário Justino Ferreira - Procurador do Trabalho, Líbânio Alves Rodrigues - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Marcelo André de Azevedo - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Maurício Silva Miranda - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Odair Tramontin - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Rafael Ribeiro Nogueira Filho - Procurador da República, Rivaldo Frias dos Santos Junior - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Sergipe, Ricardo José das Mercedes Carneiro - Procurador do Trabalho, Rodrigo Leite Ferreira Cabral - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Peterson Almeida Barbosa - Promotor de Justiça no Estado de Sergipe e Vera Nilva Álvares Rocha Lira - Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Tocantins;

5. Requisitar, no período de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2017, com dedicação exclusiva, Paulo José de Freitas Filho, servidor do Ministério Público do Estado de Sergipe, para integrar a equipe de Correição como assessor direto, delegando-lhe poderes para organização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

6. Designar atendimento ao público nos dias 4 a 6 de dezembro de 2017, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h30, no Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, localizado na Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança, CEP: 69037-473, para o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público naquele Estado;

7. Determinar que o atendimento será realizado por ordem de chegada, devendo os interessados se apresentarem munidos de originais e cópias dos respectivos documentos de identidade e comprovantes de residência, além de outros documentos, a fim de que, se necessário, seja possível colher-se eventuais depoimentos que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos;

8. Comunicar a realização da Correição e do atendimento ao público às seguintes autoridades do Estado do Amazonas: Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor-Geral de Justiça, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Amazonas, Procurador-Geral do Estado, Defensor Público-Geral do Estado, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, Chefe da Polícia Civil do Estado e os Presidentes das Associações dos Membros do Ministério Público, da Magistratura, dos Defensores Públicos e dos Procuradores do Estado;

9. Designar os servidores da Corregedoria Nacional do CNMP, Eduardo Futemma Ushikoshi, Yanson Ávila Paz Castelo Branco, Joaquim José de Paula Neto e Diego Alonso Gomes Cavalcanti, para integrarem a equipe de Correição como assessores diretos, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

10. Designar a servidora da Assessoria de Comunicação do CNMP Vivian Rodrigues de Oliveira para prestar serviços relacionados com a divulgação e publicidade dos trabalhos correccionais nas unidades ministeriais do Estado do Amazonas, durante o interstício compreendido entre os dias 4 a 6 de dezembro de 2017.

11. Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, informando-os da Correição;

12. Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, solicitando-lhe que:

13. Dê publicidade desta Portaria na entrada principal da sede da Procuradoria-Geral de Justiça e nos demais prédios de uso ministerial, em data anterior ao período de Correição;

14. Providencie a divulgação desta Portaria entre os membros e servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas, ressaltando-se que fica determinada a presença, no respectivo local de trabalho, em período integral (das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00) durante os dias de realização da Correição, dos membros e servidores que com eles diretamente atuam, além dos servidores de tecnologia da informação, ressalvada a necessidade de comparecimento a ato inadiável;

15. Determinar a atuação desta Portaria como Procedimento de Correição.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 245, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e nos arts. 18, I, II, VII e XIV, 67 e 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público,

CONSIDERANDO que o Corregedor Nacional comunicou ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, na 19ª Sessão Ordinária do ano de 2017, a indicação do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas como Unidade a ser correccionada;

CONSIDERANDO que são objetivos da Corregedoria Nacional detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomar as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, orientar e buscar o aprimoramento nas atividades Ministeriais, conhecer projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público;

CONSIDERANDO que é imprescindível verificar in loco o funcionamento dos serviços que estão sendo prestados no Estado, resolve:

1. Comunicar a instauração de Correição no Ministério Público Federal no Estado do Amazonas, no período de 4 a 7 de dezembro de 2017, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos;

2. Designar Rinaldo Reis Lima, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, para exercer suas funções de assessor direto do Corregedor Nacional do Ministério Público durante os trabalhos correccionais, sem prejuízo da designação de outros servidores que eventualmente sejam necessários para os trabalhos;

3. Designar os membros auxiliares da Corregedoria Nacional do Ministério Público Cesar Henrique Kluge - Procurador do Trabalho, Fabiano Mendes Rocha - Promotor de Justiça, Carlos Leonardo Holanda Silva, Procurador do Trabalho, Carmelina Maria Mendes de Moura, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, Lucas Danilo Vaz Costa Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Marcelo José de Guimarães e Moraes, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá, Laura Cristina de Almeida Miranda, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre e Rafael Schwes Kurowski, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

4. Requisitar, no período de 03 a 08 de dezembro de 2017, com dedicação exclusiva: Ana Maria Villa Real F. Ramos - Procuradora do Trabalho, Álvaro Luiz de Mattos Stipp - Procurador da República, Armando Antonio Lotti - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado Rio Grande do Sul, Adriano Teixeira Kneipp - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Bernardo Maciel Vieira - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Henrique Siqueira Ribeiro - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Edyleno Ítalo Santos Sodré - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Marco Aurélio Romagnoli Tavares - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Marcelo Leite Borges - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Maurício Andreiulo Rodrigues - Procurador da República, Francimauro Gomes Ribeiro, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, Francisco de Assis Machado Cardoso - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, José Carlos Oliveira Filho - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Januário Justino Ferreira - Procurador do Trabalho, Libânio Alves Rodrigues - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Marcelo André de Azevedo - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Maurício Silva Miranda - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Odair Tramontin - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Rafael Ribeiro Nogueira Filho - Procurador da República, Rivaldo Frias dos Santos Junior - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Sergipe, Ricardo José das Mercês Carneiro - Procurador do Trabalho, Rodrigo Leite Ferreira Cabral - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Peterson Almeida Barbosa - Promotor de Justiça no Estado de Sergipe e Vera Nilva Álvares Rocha Lira - Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Tocantins.

5. Requisitar, no período de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2017, com dedicação exclusiva, Paulo José de Freitas Filho, servidor do Ministério Público do Estado de Sergipe, para integrar a equipe de Correição como assessor direto, delegando-lhe poderes para organização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

6. Designar atendimento ao público nos dias 4 a 6 de dezembro de 2017, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h30, no Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, localizado na Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança, CEP: 69037-473, para o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público no Estado;

7. Determinar que o atendimento ao público será realizado por ordem de chegada, devendo os interessados se apresentarem munidos de originais e cópias dos respectivos documentos de identidade e comprovantes de residência, além de outros documentos, a fim de que, se necessário, seja possível colher eventuais depoimentos que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos;

8. Comunicar a realização da correição e do atendimento ao público às seguintes autoridades: Presidente do Tribunal Regional Federal - 1ª Região, Corregedor-Geral do Ministério Público Federal, Presidente do Tribunal de Contas da União, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Amazonas, Defensor Público da União, Defensor Público-Geral no Estado do Amazonas, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, Chefe da Polícia Civil do Estado e Presidentes das Associações dos Membros do Ministério Público, da Magistratura, dos Defensores Públicos e dos Procuradores do Estado;

9. Designar os servidores da Corregedoria Nacional do CNMP, Eduardo Futemma Ushikoshi, Yanson Ávila Paz Castelo Branco, Joaquim José de Paula Neto e Diego Alonso Gomes Cavalcanti, para integrarem a equipe de Correição como assessores diretos, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

10. Designa a servidora da Assessoria de Comunicação do CNMP Vivian Rodrigues de Oliveira para prestar serviços relacionados com a divulgação e publicidade dos trabalhos correccionais nas unidades ministeriais do Estado do Amazonas, durante o interstício compreendido entre os dias 4 a 6 de dezembro de 2017;

11. Oficiar ao Procurador-Chefe do Ministério Público Federal no Amazonas e Corregedor-Geral do MPF, informando-os da Correição.

12. Oficiar ao Procurador-Chefe do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas, solicitando-lhe que:

13. Dê publicidade desta Portaria na entrada principal da sede da Procuradoria da República no Estado e nos demais prédios de uso ministerial, em data anterior ao período de Correição;

14. Providencie a divulgação desta Portaria entre os membros e servidores do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas; ressaltando-se que fica determinada a presença, no respectivo local de trabalho, em período integral (das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00) durante os dias de realização da Correição, dos membros e servidores que com eles diretamente atuam, além dos servidores de tecnologia da informação, ressalvada a necessidade de comparecimento a ato inadiável;

15. Determina a atuação desta Portaria como Procedimento de Correição.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 246, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e nos Arts. 18, I, II, VII e XIV, 67 e 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público,

CONSIDERANDO que o Corregedor Nacional comunicou ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, na 19ª Sessão Ordinária do ano de 2017, a indicação do Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas como Unidade a ser correccionada;

CONSIDERANDO que são objetivos da Corregedoria Nacional detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomar as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, orientar e buscar o aprimoramento nas atividades Ministeriais, conhecer projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público;

CONSIDERANDO que é imprescindível verificar in loco o funcionamento dos serviços que estão sendo prestados no Estado, resolve:

1. Comunicar a instauração de Correição no Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas, no período de 4 a 7 de dezembro de 2017, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais;

2. Designar Rinaldo Reis Lima, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, para exercer suas funções de assessor direto do Corregedor Nacional do Ministério Público durante os trabalhos correccionais, sem prejuízo da designação de outros servidores que eventualmente sejam necessários para os trabalhos;

3. Designar os membros auxiliares da Corregedoria Nacional do Ministério Público Cesar Henrique Kluge - Procurador do Trabalho, Fabiano Mendes Rocha - Promotor de Justiça, Carlos Leonardo Holanda Silva, Procurador do Trabalho, Carmelina Maria Mendes de Moura, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, Lucas Danilo Vaz Costa Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Marcelo José de Guimarães e Moraes, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá, Laura Cristina de Almeida Miranda, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre e Rafael Schwes Kurowski, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

4. Requisitar, no período de 03 a 08 de dezembro de 2017, com dedicação exclusiva: Ana Maria Villa Real F. Ramos - Procuradora do Trabalho, Álvaro Luiz de Mattos Stipp - Procurador da República, Armando Antonio Lotti - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado Rio Grande do Sul, Adriano Teixeira Kneipp - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Bernardo Maciel Vieira - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Henrique Siqueira Ribeiro - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Edyleno Ítalo Santos Sodré - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Marco Aurélio Romagnoli Tavares - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Marcelo Leite Borges - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Maurício Andreiulo Rodrigues - Procurador da República, Francimauro Gomes Ribeiro - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, Francisco de Assis Machado Cardoso - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, José Carlos Oliveira Filho - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Januário Justino Ferreira - Procurador do Trabalho, Libânio Alves Rodrigues - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Marcelo André de Azevedo - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Maurício Silva Miranda - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Odair Tramontin - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Rafael Ribeiro Nogueira Filho - Procurador da República, Rivaldo Frias dos Santos Junior - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Sergipe, Ricardo José das Mercês Carneiro - Procurador do Trabalho, Rodrigo Leite Ferreira Cabral - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Peterson Almeida Barbosa - Promotor de Justiça no Estado de Sergipe e Vera Nilva Álvares Rocha Lira - Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Tocantins.

5. Requisitar, no período de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2017, com dedicação exclusiva, Paulo José de Freitas Filho, servidor do Ministério Público do Estado de Sergipe, para integrar a equipe de Correição como assessor direto, delegando-lhe poderes para organização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

6. Designar atendimento ao público nos dias 4 a 6 de dezembro de 2017, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h30, no Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, localizado na Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança, CEP: 69037-473, para o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público no Estado;

7. Determinar que o atendimento ao público seja realizado por ordem de chegada, devendo os interessados se apresentarem munidos de originais e cópias dos respectivos documentos de identidade e comprovantes de residência, além de outros documentos, a fim de que, se necessário, seja possível colher eventuais depoimentos que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos;

8. Comunicar a realização da correição e do atendimento ao público às seguintes autoridades: Presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 11ª Região, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Amazonas, Chefe da Advocacia-Geral da União, Chefe da Defensoria Pública da União, Presidentes das Associações dos membros do Ministério Público, da Magistratura, dos Defensores Públicos e dos Procuradores do Estado.

9. Designar os servidores da Corregedoria Nacional do CNMP, Eduardo Futemma Ushikoshi, Yanson Ávila Paz Castelo Branco, Joaquim José de Paula Neto e Diego Alonso Gomes Cavalcanti, para integrarem a equipe de Correição como assessores diretos, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

10. Designar a servidora da Assessoria de Comunicação do CNMP Vivian Rodrigues de Oliveira para prestar serviços relacionados com a divulgação e publicidade dos trabalhos correccionais nas unidades ministeriais do Estado do Amazonas, durante o interstício compreendido entre os dias 4 a 6 de dezembro de 2017;

11. Oficiar ao Procurador-Geral do Trabalho, ao Corregedor-Geral do Trabalho e ao Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho no Amazonas (PRT 11ª região), informando-os da correição;

12. Oficiar ao Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho no Amazonas (PRT 11ª Região), solicitando-lhe que:

13. Dê publicidade desta Portaria na entrada principal da sede da Procuradoria da Regional do Trabalho no Amazonas (PRT/AM) e nos demais prédios de uso ministerial, em data anterior ao período de Correição;

14. Providencie a divulgação desta Portaria entre os membros e servidores do Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas; ressaltando-se que fica determinada a presença, no respectivo local de trabalho, em período integral (das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00) durante os dias de realização da Correição, dos membros e servidores que com eles diretamente atuam, além dos servidores de tecnologia da informação, ressalvada a necessidade de comparecimento a ato inadiável;

15. Determinar a atuação desta Portaria como Procedimento de Correição.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 247, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e nos arts. 18, I, II, VII e XIV, 67 e 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público,

CONSIDERANDO que o Corregedor Nacional comunicou ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, na 19ª Sessão Ordinária do ano de 2017, a indicação do Ministério Público Militar no Estado do Amazonas como Unidade a ser correicionada;

CONSIDERANDO que são objetivos da Corregedoria Nacional detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomar as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, orientar e buscar o aprimoramento nas atividades Ministeriais, conhecer projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público;

CONSIDERANDO que é imprescindível verificar in loco o funcionamento dos serviços que estão sendo prestados no Estado, resolve:

1. Comunicar a instauração de Correição no Ministério Público Militar no Estado do Amazonas, no período de 4 a 7 de dezembro de 2017, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais;

2. Designar Rinaldo Reis Lima, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, para exercer suas funções de assessor direto do Corregedor Nacional do Ministério Público durante os trabalhos correicionais, sem prejuízo da designação de outros servidores que eventualmente sejam necessários para os trabalhos;

3. Designar os membros auxiliares da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Cesar Henrique Kluge - Procurador do Trabalho, Fabiano Mendes Rocha - Promotor de Justiça, Carlos Leonardo Holanda Silva, Procurador do Trabalho, Carmelina Maria Mendes de Moura, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, Lucas Danilo Vaz Costa Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Marcelo José de Guimarães e Moraes, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá, Laura Cristina de Almeida Miranda, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre e Rafael Schwez Kurowski, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

4. Requisitar, no período de 03 a 08 de dezembro de 2017, com dedicação exclusiva: Ana Maria Villa Real F. Ramos - Procuradora do Trabalho, Álvaro Luiz de Mattos Stipp - Procurador da República, Armando Antonio Lotti - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado Rio Grande do Sul, Adriano Teixeira Kneipp - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Bernardo Maciel Vieira - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Henrique Siqueira Ribeiro - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Edyleno Italo Santos Sodré - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Marco Aurélio Romagnoli Tavares - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Marcelo Leite Borges - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Maurício Andreioulou Rodrigues - Procurador da República, Francimauro Gomes Ribeiro - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, Francisco de Assis Machado Cardoso - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, José Carlos Oliveira Filho - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, Januário Justino Ferreira - Procurador do Trabalho, Libânio Alves Rodrigues - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Marcelo André de Azevedo - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Maurício Silva Miranda - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Odair Tramontin - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Rafael Ribeiro Nogueira Filho - Procurador da República, Rivaldo Frias dos Santos Junior - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Sergipe, Ricardo José das Mercês Carneiro - Procurador do Trabalho, Rodrigo Leite Ferreira Cabral - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Peterson Almeida Barbosa - Promotor de Justiça no Estado de Sergipe e Vera Nilva Álvares Rocha Lira - Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Tocantins.

5. Requisitar, no período de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2017, com dedicação exclusiva, Paulo José de Freitas Filho, servidor do Ministério Público do Estado de Sergipe, para integrar a equipe de Correição como assessor direto, delegando-lhe poderes para organização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

6. Designar atendimento ao público nos dias 4 a 6 de dezembro de 2017, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h30, no Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, localizado na Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança, CEP: 69037-473, para o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público no Estado;

7. Determinar que o atendimento será realizado por ordem de chegada, devendo os interessados se apresentarem munidos de originais e cópias dos respectivos documentos de identidade e comprovantes de residência, além de outros documentos, a fim de que, se necessário, seja possível colher eventuais depoimentos que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos;

8. Comunicar a realização da correição e do atendimento ao público aos Juizes Auditores da 12ª Circunscrição Judiciária Militar (AM, RO e RR);

9. Designar os servidores da Corregedoria Nacional do CNMP, Eduardo Futemma Ushikoshi, Yanson Ávila Paz Castelo Branco, Joaquim José de Paula Neto e Diego Alonso Gomes Cavalcanti, para integrarem a equipe de Correição como assessores diretos, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

10. Designar a servidora da Assessoria de Comunicação do CNMP Vivian Rodrigues de Oliveira para prestar serviços relacionados com a divulgação e publicidade dos trabalhos correicionais nas unidades ministeriais do Estado do Amazonas, durante o interstício compreendido entre os dias 04 a 06 de dezembro de 2017.

11. Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça Militar e ao Corregedor-Geral do Ministério Público Militar, informando-os da Correição;

12. Oficiar ao Chefe da Procuradoria de Justiça Militar em Manaus, solicitando-lhe que:

13. Dê publicidade desta Portaria na entrada principal da sede da Procuradoria de Justiça Militar em Manaus e nos demais prédios de uso ministerial, em data anterior ao período de Correição;

14. Providencie a divulgação desta Portaria entre os membros e servidores do Ministério Público Militar no Estado do Amazonas; ressalte-se que fica determinada a presença, no respectivo local de trabalho, em período integral (das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00) durante os dias de realização da Correição, dos membros e servidores que com eles diretamente atuam, e servidores de tecnologia da informação, ressalvada a necessidade de comparecimento a ato inadiável;

15. Determinar a autuação desta Portaria como Procedimento de Correição.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 248, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar a servidora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios GABRIELA MACHADO PAIS, Técnica do MPU/Administração, a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 249, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar a servidora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Michelle Almeida Nogueira, Técnica do MPU/Administrativo, a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 251, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar o servidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Adenilson dos Santos Chaves, Analista do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação/Suporte e Infraestrutura, a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 253, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar a servidora do Ministério Público do Trabalho Eleusina Rego Oliveira a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 254, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar a servidora do Ministério Público do Trabalho Vanessa Isabella Vilas Boas Gumieiro a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 255, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar o servidor do Ministério Público do Trabalho Igor Santos Caixeta a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 256, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar o servidor do Ministério Público do Trabalho Pedro Henrique de Oliveira Gomes a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 257, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar o servidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Vitor Pereira Calhau, Analista Processual, Matrícula nº4996-4, lotado na 1ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 06 de novembro de 2017.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**PORTARIA Nº 250, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar a servidora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios CAMILA GARCIA FERREIRA, Analista do MPU/Direito, a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

**Ministério Público da União****ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA****PORTARIA Nº 129, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no art. 26, inciso IX da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, a habilitação dos candidatos do Edital nº 31, de 15.9.2017, complementado pelo Edital nº 32, de 20.9.2017, e a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho na 21ª Sessão Ordinária, realizada em 26.10.2017 (Processo PGEA 007923.2017.00.900/0), resolve:

Art. 1º Promover, por antiguidade, ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, na carreira do Ministério Público do Trabalho, a Procuradora do Trabalho LUTIANA NACUR LORENTZ, para lotação em Ofício da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, vago em decorrência da aposentadoria do Procurador Regional do Trabalho Itacir Luchtemberg, conforme Portaria PGT nº 661, de 27.4.2017, publicada no Diário Oficial da União de 2.5.2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos termos do art. 199, § 1º, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 130, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, a habilitação dos candidatos do Edital nº 31, de 15.9.2017, complementado pelo Edital nº 32, de 20.9.2017, e a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho na 21ª Sessão Ordinária, realizada em 26.10.2017 (Processo PGEA 014534/2017.00.900/5), resolve:

Art. 1º Promover, por merecimento, ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, na carreira do Ministério Público do Trabalho, o Procurador do Trabalho ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA, em Ofício da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, vago em decorrência da aposentadoria da Procuradora Regional do Trabalho Ana Francisca Moreira de Souza Sanden, conforme Portaria PGT nº 1380, de 22.8.2017, publicada no Diário Oficial da União de 29.8.2017.

Art. 2º O período de trânsito será de até 15 (quinze) dias contados da data da publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos termos do art. 199, § 1º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 123, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e com fundamento no art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Procuradora da República ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA do Cargo de Natureza Especial de Secretária-Geral do Ministério Público da União.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 131, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no art. 26, inciso IX da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, a habilitação dos candidatos do Edital nº 31, de 15.9.2017, complementado pelo Edital nº 32, de 20.9.2017, e a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho na 21ª Sessão Ordinária, realizada em 26.10.2017 (Processo PGEA 015088.2017.00.900/6), resolve:

Art. 1º Promover, por antiguidade, ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, na carreira do Ministério Público do Trabalho, a Procuradora do Trabalho ANA LUCIA RIBAS SACCANI CASAROTTO, para lotação em Ofício da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, vago em decorrência da promoção do Procurador Regional do Trabalho Alvacir Correa dos Santos ao cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho, conforme Portaria PGR nº 93, de 6.9.2017, publicada no Diário Oficial da União de 8.9.2017.

Art. 2º O período de trânsito será de até 15 (quinze) dias contados da data da publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos termos do art. 199, § 1º, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 132, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, a habilitação dos candidatos do Edital nº 31, de 15.9.2017, complementado pelo Edital nº 32, de 20.9.2017, e a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho na 21ª Sessão Ordinária, realizada em 26.10.2017 (Processo PGEA 015093.2017.00.900/9), resolve:

Art. 1º Promover, por merecimento, ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, na carreira do Ministério Público do Trabalho, o Procurador do Trabalho JONAS RATIER MORENO, em Ofício da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, vago em decorrência da promoção do Procurador Regional do Trabalho Luiz Eduardo Guimarães Bojart ao cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho, conforme Portaria PGR nº 91, de 6.9.2017, publicada no Diário Oficial da União de 7.9.2017.

Art. 2º O período de trânsito será de até 15 (quinze) dias contados da data da publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos termos do art. 199, § 1º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 124, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e com fundamento no art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Nomear, o Procurador Regional da República ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS para responder pelo Cargo de Natureza Especial de Secretário-Geral do Ministério Público da União.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.028, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a manifestação favorável do Conselho Relator no processo CSMPF nº 1.00.001.000232/2017-59, resolve:

Art. 1º Autorizar, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o afastamento temporário de suas funções institucionais, com ônus limitado, do Procurador Regional da República JOSE JAIR GOMES, lotado na Procuradoria Regional da República da 1ª Região, para participar, como debatedor, do II Congresso Catarinense de Direito Eleitoral, em Florianópolis/SC, no dia 31 de outubro.

Art. 2º As despesas de transporte e hospedagem não serão custeadas pelo Ministério Público Federal.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.126, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 3º da Portaria PGR nº 849, de 26 de novembro de 2013, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 48, de 28 de novembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Delegar competência à Procuradora Regional da República CRISTINA SCHWANSEE ROMANO para aplicação de todos os assuntos pertinentes à Convenção de Nova Iorque." (NR)

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.128, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a manifestação favorável do Conselho Relator no processo CSMPF nº 1.00.001.000232/2017-59, resolve:

Art. 1º Autorizar, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o afastamento temporário de suas funções institucionais, com ônus limitado, do Procurador Regional da República JOSE JAIR GOMES, lotado na Procuradoria Regional da República da 1ª Região, para participar, como debatedor, do II Congresso Catarinense de Direito Eleitoral, em Florianópolis/SC, no dia 31 de outubro.

Art. 2º As despesas de transporte e hospedagem não serão custeadas pelo Ministério Público Federal.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.129, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 49, XV, "e", da Lei Complementar nº 75, de 20 maio de 1993, e, considerando o disposto no art. 33, XII e XVIII, do Regimento Interno do Gabinete da Procurador-

Geral da República, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 556/2014, e o disposto no art. 13 da Resolução CSMPF nº 178, de 5 de setembro de 2017, resolve:

Designar o Procurador da República OVÍDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO para atuar no Procedimento de Cooperação Internacional nº 1.00.000.019609/2017-53, instaurado pela Secretaria de Cooperação Internacional para execução de pedido de assistência em matéria penal oriundo do Ministério Público do Panamá.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.130, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 20 do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal e tendo em vista o contido no Ofício PRM/JUI/MT nº 541/2017, de 9 de agosto de 2017, da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, o Procurador da República VINICIUS ALEXANDRE FORTES DE BARROS da função de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Substituto da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria PGR/MPF nº 176, de 24 de fevereiro de 2017, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 69, de 6 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos desde 9 de agosto de 2017.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.136, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a manifestação favorável do Conselho Relator no processo nº 1.00.002.000024/2015-88, resolve:

Prorrogar, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público Federal, por 30 (trinta) dias, a partir de 16 de outubro de 2017, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo designada pela Portaria PGR/MPF nº 954, de 4 de novembro de 2016, publicada no DOU, Seção 2, p. 69, de 10 subsequente.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.137, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.012639/2017-39, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do país, com ônus, da Procuradora Regional da República DENISE NEVES ABADE, no período de 4 a 12 de novembro de 2017, inclusive trânsito, para participar, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, da VII Sessão da Conferência dos Estados Parte da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção", a realizar-se de 6 a 10 de novembro de 2017, em Viena, Áustria.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal se responsabilizará pelo custeio de passagens aéreas, em classe econômica, e meia diária internacional por dia de afastamento.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.138, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.012639/2017-39, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do país, com ônus, da Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, MONICA NICIDA GARCIA, no período de 4 a 12 de novembro de 2017, inclusive trânsito, para participar, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, da VII Sessão da Conferência dos Estados Parte da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção", a realizar-se de 6 a 10 de novembro de 2017, em Viena, Áustria.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal se responsabilizará pelo custeio de passagens aéreas, em classe econômica, e meia diária internacional por dia de afastamento.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.147, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Delegar poderes aos Procuradores da República Vinicius Alexandre Fortes de Barros, lotado na Procuradoria da República no Município de Juína, e Vanessa Cristhina Marconi Zago Ribeiro Scarmagnani, lotada na Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, para realização dos atos de instrução relativos ao Inquérito nº 1210/STJ que ocorrerão no dia 30 de outubro de 2017 na 9ª Vara Federal em Cuiabá.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 1.151, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar o Procurador da República DANIEL HOLZMANN COIMBRA, lotado na Procuradoria da República no Estado do Paraná, para, sem prejuízo de suas atribuições e em auxílio à Procuradora-Geral da República, participar da audiência de instrução da Extradicação nº 1520/DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, a realizar-se no dia 7 de novembro de 2017, na 12ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado do Paraná.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 1.022, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Dispensar SEMYLLA OLIVEIRA MARQUES, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 17531, do encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Triagem e Organização Revisional da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

2. Dispensar BARBARA APARECIDA FERREIRA NOBRE, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 20056, do encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Padronização Revisional da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

3. Designar SANDRO ALVES GARCIA NUNES, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 23409, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Triagem e Organização Revisional da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

4. Designar SEMYLLA OLIVEIRA MARQUES, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 17531, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Padronização Revisional da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

**PORTARIA Nº 1.023, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, e tendo em vista a solicitação de retificação PGR-00425041/2017, resolve:

Retificar a Portaria SGP/MPF nº 880, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de outubro de 2017, seção 2, fl. 49, referente à servidora MICHELLE CHRISTINA DANTAS BEZERRA MESSETTI, matrícula nº 12929, onde se lê: "no período de 18 de setembro a 3 de outubro de 2017 ...", leia-se: "no período de 18 de setembro a 23 de setembro de 2017 ...".

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

**PORTARIA Nº 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, e tendo em vista a solicitação de retificação PGR-00429374/2017, resolve:

Retificar a Portaria SGP/MPF nº 999, de 25 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de outubro de 2017, seção 2, fl. 59, referente ao servidor GUSTAVO FERREIRA SOUZA, matrícula nº 13055, onde se lê: "...do Assessor-Chefe Nível V, CC-5, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Oswaldo Jose Barbosa Silva.", leia-se: "...do Secretário Executivo Nível V, CC-5, da Secretaria Executiva da Corregedoria do Ministério Público Federal."

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA**  
**DA 4ª REGIÃO**

**PORTARIA Nº 174, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

O PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA, CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e a Portaria PGR nº 1.036, de 27 de setembro de 2017, resolve:

Designar a servidora CAROLINE PEREIRA FURTADO ANVERSA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula 7891-3, para a função de confiança de Secretário Nível II, FC-02, do gabinete da Procuradora Regional da República

Carla Veríssimo de Carli, exonerando, em consequência, do cargo em comissão de Assessor Nível IV, CC-04, do gabinete da Procuradora Regional da República Carla Veríssimo de Carli.

CARLOS AUGUSTO DA SILVA CAZARRÉ

**PORTARIA Nº 175, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

O PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA, CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e a Portaria PGR nº 1.036, de 27 de setembro de 2017, resolve:

Nomear a servidora KÁTIA ELIZETE DE CAMPOS CORNÉLIUS, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula 2822-3, para o cargo em comissão de Assessor Nível IV, CC-04, do gabinete da Procuradora Regional da República Carla Veríssimo de Carli, dispensando, em consequência, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-02, do gabinete da Procuradora Regional da República Carla Veríssimo de Carli.

CARLOS AUGUSTO DA SILVA CAZARRÉ

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA**  
**NO ESTADO DE GOIÁS**

**PORTARIA Nº 348, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-CHEFE SUBSTITUTA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 56, VI, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR/MPF n. 357, de 5 de maio de 2015, e no art. 33, inciso VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF n. 382, de 5 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Dispensar a servidora SILVIA GOYANY ALMEIDA FRANCA, matrícula n. 28467, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, da função de Assistente Nível II, FC-02, do Gabinete GABPR14, da Procuradoria da República em Goiás.

Art. 2º Designar a servidora ANDRIELLY BARBOSA DE AVILA, matrícula n. 29053, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para exercer a referida função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEA BATISTA DE OLIVEIRA MOREIRA LIMA

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO**  
**DO MATO GROSSO**

**PORTARIA Nº 355, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO, com lastro no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº75, de 20 de maio de 1993, por força do que dispõe a Portaria PGR/MPF nº1036, de 27/09/2017, publicada no DOU - Seção 2, de 02/10/2017, resolve:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a partir de 24/10/2017, o servidor contratado Hélio Fialho Lacerda Gomes, matrícula nº 27220, do cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete do Procurador da República Rodrigo Pires de Almeida, da Procuradoria da República no Município de Cáceres.

Art. 2º. Nomear Eduardo Henrique Minosso, bacharel em Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete do Procurador da República Rodrigo Pires de Almeida, da Procuradoria da República no Município de Cáceres.

GUSTAVO NOGAMI

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO**  
**DE MINAS GERAIS**

**PORTARIA Nº 474, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência prevista pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

1 - Dispensar BRUNA CARVALHO DE PIERI, matrícula 22894-0, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, da função de confiança de Assistente - Nível II, Código FC-2, da Coordenadoria Jurídica e de Documentação da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, a partir de 30 de outubro de 2017.

2 - Designar JULIANA MARIA BUTTERS SERENO, matrícula 4060-6, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para exercer a função de confiança de Assistente - Nível II, Código FC-2, da Coordenadoria Jurídica e de Documentação da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

EDUARDO HENRIQUE DE ALMEIDA AGUIAR  
Substituto

**PORTARIA Nº 447, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência prevista pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

1 - Dispensar, LETÍCIA BRAGA RIBEIRO ZOCRATO, matrícula 23739-6, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, da função de confiança de Assistente - Nível II, Código FC-2, do Gabinete do Dr. Adailton Ramos do Nascimento, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

2 - Designar DÊNIA FERREIRA GOMES, matrícula 20526-5, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para exercer a função de confiança de Assistente - Nível II, Código FC-2, do Gabinete do Dr. Adailton Ramos do Nascimento, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

ISABELA DE HOLANDA CAVALCANTI

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO**  
**DO RIO GRANDE DO SUL**

**PORTARIA Nº 901, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 1.036, de 02/10/2017, bem como solicitação contida no Of. PR/RS n. 5859/2017, de 13/10/2017 (ÚNICO PR-RS-00049732/2017), resolve:

1. Exonerar a servidora MARTA TERESINHA MANICA, matrícula 6229, Técnica do MPU/Administração, do cargo em comissão de Assessor Nível II, código CC-2, da Chefia de Gabinete da Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul;

2. Dispensar o servidor LUÍS OTÁVIO STÉDILE, matrícula 16455, Analista do MPU/Direito, da função de confiança de Assistente Nível II, código FC-2, do GABPR20-Gabinete da Procuradoria da República Ana Paula Carvalho de Medeiros, da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul;

3. Designar a servidora MARTA TERESINHA MANICA, matrícula 6229, Técnica do MPU/Administração, para exercer a função de confiança de Assistente Nível II, código FC-2, do GABPR20-Gabinete da Procuradoria da República Ana Paula Carvalho de Medeiros, da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul;

4. Nomear servidor LUÍS OTÁVIO STÉDILE, matrícula 16455, Analista do MPU/Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, código CC-2, da Chefia de Gabinete da Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.

PATRICIA NÚÑEZ WEBER

**PORTARIA Nº 933, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017**

A PROCURADORA-CHEFE SUBSTITUTA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 1037, de 27/09/2017, bem como solicitação contida no Ofício nº 342/2017, de 19/10/2017 (ÚNICO PRM-PMM-RS-00001946/2017), resolve:

Designar o servidor VERNEI ESTEVO ORDAKOWSKI, Técnico do MPU/Administração, matrícula 29490, para exercer a função de confiança de Chefe do Setor Administrativo, código FC-1, da Procuradoria da República no Município de Palmeira das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul.

CLAUDIA PAIM

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO**  
**DE SÃO PAULO**

**PORTARIA Nº 1.026, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria n.º SG/MPF n.º 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

1. Exonerar a servidora SILVIA ROBERTA CIRIACO, Matrícula nº 11474, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, do Cargo em Comissão de Assessor - Nível II do GABPRM4-RLL, CC-2, da Procuradoria da República no Município de São Bernardo do Campo.

2. Nomear o servidor THIAGO HENRIQUE CARVALHO TRAVES, Matrícula nº 24952, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para o Cargo em Comissão de Assessor - Nível II do GABPRM4-RLL, CC-2, da Procuradoria da República no Município de São Bernardo do Campo.

THIAGO LACERDA NOBRE

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

## PORTARIA Nº 171, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora LILIANE ALVES BU-CAR, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 23552, para exercer a função de confiança de Assistente Nível II, FC-2, do GABPR3, da Procuradoria da República no Estado do Tocantins.

Dê ciência. Publique-se.

DANIEL LUZ MARTINS DE CARVALHO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA-GERAL

## PORTARIA Nº 1.905, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

O VICE-PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75/93, de 20/05/1993,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014, que instituiu a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União;

## PORTARIA Nº 1927, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

PGEA 017039.2017.00.900/8

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições previstas no artigo 91, XI, "a" e XXI da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o que consta do PGEA nº 017039.2017.00.900/8, resolve:

I - Remover, a pedido, os seguintes membros inscritos no concurso de remoção objeto do Edital nº 218, de 26 de outubro de 2017, publicado na Seção 2 do DOU de 27 de outubro de 2017:

NOME	ORIGEM	DESTINO
RAMON BEZERRA DOS SANTOS	SEDE DA PROC. REGIONAL TRABALHO 02ª REGIAO - SP	SEDE DA PROC. REGIONAL TRABALHO 06ª REGIAO - PE
JOSE PEDRO DOS REIS	SEDE DA PROC. REGIONAL TRABALHO 01ª REGIAO - RJ	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO - 9ª
ISABELA MAUL MIRANDA DE MENDONÇA	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - 1ª	SEDE DA PROC. REGIONAL TRABALHO 01ª REGIAO - RJ
DANIELA DA SILVA ELBERT	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - 1ª	SEDE DA PROC. REGIONAL TRABALHO 01ª REGIAO - RJ
LORENA BRANDAO LANDIM CAMAROTTI	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS - 2ª	SEDE DA PROC. REGIONAL TRABALHO 02ª REGIAO - SP
MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO - 1ª	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - 1ª
ANA GABRIELA OLIVEIRA DE PAULA	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES - 2ª	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS - 2ª
PAULA ROMA DE MOURA	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - 1ª	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - 1ª
RENAN BERNARDI KALIL	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO - 9ª	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES - 2ª
MARIANA VIEIRA DA SILVA ALMEIDA	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - 1ª	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - 1ª
ARIANNE CASTRO DE ARAUJO MIRANDA	SEDE DA PROC. REGIONAL TRABALHO 11ª REGIAO - AM	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO - 1ª
CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN	SEDE DA PROC. REGIONAL TRABALHO 11ª REGIAO - AM	PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - 1ª
FERNANDA PEREIRA BARBOSA	SEDE DA PROC. REGIONAL TRABALHO 14ª REGIAO - RO	PROC. REGIONAL TRABALHO 11ª REGIAO - AM

II - Fixar, em 15 (quinze) dias, a contar de 20 de novembro de 2017, o período de trânsito dos removidos, exclusivamente para os membros que, efetivamente, tenham que se deslocar para a nova sede, nos termos do art. 18 da Lei 8.112/199 c/c o art. 287 da Lei Complementar nº 75/1993.

RONALDO CURADO FLEURY

## DIRETORIA-GERAL

## PORTARIA Nº 1.900, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MPT-PGT nº 86, de 30 de março de 2016, e o que consta no PGEA nº 000659.2017.22.900/6, resolve:

Art. 1º Dispensar a servidora SIMONE MARIA ANDRADE MELO BARRADAS, matrícula 6002183, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico-Especializado/ Gestão Pública, da função de confiança de Chefe de Gabinete do Procurador-Chefe, código FC-3, da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região/PI.

Art. 2º Designar a servidora MANUELA PESSOA FEITOSA, matrícula 6006385, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para a função de confiança de Chefe de Gabinete do Procurador-Chefe, código FC-3, da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região/PI.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

CONSIDERANDO o que consta no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, que regulamentou a Lei nº 13.024/2014 e fixou diretrizes aos Conselhos Superiores dos ramos do Ministério Público da União para uniformização dos atos decorrentes;

CONSIDERANDO, por fim, o teor da Instrução Normativa nº 01/2014 do Secretário-Geral do Ministério Público da União, que dispõe sobre os procedimentos para pagamento de gratificação por exercício cumulativo de ofícios, e da Portaria PGT nº 1118.2017, que instituiu o Módulo de Gestão de Ofícios e Substituições, resolve:

Art. 1º Designar o Subprocurador-Geral do Trabalho Eneas Bazzo Torres para substituir, com acumulação, no Ofício titularizado pelo Subprocurador-Geral do Trabalho Otavio Brito Lopes, no período de 16.11.2017 a 25.11.2017, em razão da fruição de férias pelo titular.

LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART

## PORTARIA Nº 1.910, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

PGEA 005582.2017.00.900/8

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 91, XIV, c, e XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Dispensar a Subprocuradora-Geral do Trabalho MARIA GUIOMAR SANCHES DE MENDONÇA do encargo de responder pela Procuradoria-Geral do Trabalho, para o qual foi designada pela Portaria PGT nº 339, de 4 de setembro de 2007, publicada no DOU de 13 de setembro de 2007.

Art. 2º Designar a Subprocuradora-Geral do Trabalho IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS para, na ausência do Procurador-Geral do Trabalho e do Vice-Procurador-Geral do Trabalho, responder pela Procuradoria-Geral do Trabalho.

RONALDO CURADO FLEURY

## PORTARIA Nº 1.901, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria DG-MPT nº 86, de 30 de março de 2016, e o que consta no PGEA/MPT nº 003990.2017.02.900/8, resolve:

Art.1º Exonerar, a contar de 25.10.2017, a servidora ANA CAROLINA BIANCHI ROCHA CUEVAS MARQUES, matrícula nº 6007356, do cargo em comissão de Assessora-Jurídica do 34º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, código CC-2.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

## PORTARIA Nº 1.904, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MPT-PGT nº 86, de 30 de março de 2016 e o que consta no PGEA/MPT nº 004016.2017.05.900/5, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a contar de 23.10.2017, a servidora CLEA TEIXEIRA RIBEIRO RIDOLFI, matrícula nº 6000109, do cargo em comissão de Assessora-Chefe da Assessoria de Apoio aos Procuradores, código CC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho 5ª Região/BA.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

## PORTARIA Nº 1.907, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria DG-MPT nº 86, de 30 de março de 2016, e o que consta no PGEA/MPT nº 017117.2017.00.900/4, resolve:

Art. 1º Dispensar, a contar de 10.08.2017, a servidora SO-RAYA BATISTA KASSAB DE OLIVEIRA, matrícula 6007404-3, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, do encargo de substituta eventual do Chefe da Assessoria Jurídica do Gabinete do Vice Procurador-Geral, código CC-3, na Procuradoria-Geral do Trabalho.

Art. 2º Designar o servidor FÁBIO CORRÊA LARA, matrícula 6007053-6, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para o encargo de substituto eventual do Chefe da Assessoria Jurídica do Gabinete do Vice Procurador-Geral, código CC-3, na Procuradoria-Geral do Trabalho.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

## PORTARIA Nº 1.915, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria DG-MPT nº 86, de 30 de março de 2016, e o que consta no PGEA/MPT nº 002285.2017.03.900/0, resolve:

Art.1º Dispensar, a contar de 2.10.2017, o servidor GEOVANE ELISEU PEIXOTO, matrícula 6001275, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Institucional e Transporte, da função de confiança de Chefe da Divisão de Protocolo, código FC-1, da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

Art.2º Designar o servidor ADEMAR FIGUEIRO SOUSA, matrícula 6002598, ocupante do cargo de Técnico do MPU/ Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Institucional e Transporte, para a função de confiança de Chefe da Secretaria Regional de Segurança Institucional, código FC-1, da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

## PORTARIA Nº 1.909, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MPT-PGT nº 86, de 30 de março de 2016, e o que consta no PGEA nº 017159.2017.00.900/5, resolve:

Art. 1º Dispensar a servidora DORALICE CELIA ZAGO, matrícula 6000370, ocupante do cargo de Técnica do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, da função de confiança de Chefe do Setor de Distribuição, Movimentação e Expedição de Processos Judiciais, código FC-2, da Coordenação de Documentação Jurídica da Procuradoria Geral do Trabalho.

Art. 2º Designar a servidora ALINNE MENDES CARVALHO, matrícula 6008302, ocupante do cargo de Técnica do MPU/Apoio Técnico- Administrativo/Administração, para a função de confiança de Chefe do Setor de Distribuição, Movimentação e Expedição de Processos Judiciais, código FC-2, da Coordenação de Documentação Jurídica da Procuradoria Geral do Trabalho.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO